

Governador projeta ações do novo ciclo de gestão durante encontro empresarial

Seg 27 fevereiro



Cristiano Machado / Imprensa MG

O governador Romeu Zema participou, nesta segunda-feira (27/2), do Conexão Empresarial, evento realizado em Belo Horizonte, promovido pela VB Comunicação, que reúne empresários e representantes políticos para debater temas de interesse dos setores. Esta é a primeira edição

do encontro em 2023.

Em sua participação, o governador destacou resultados de sua gestão à frente do Estado em seu primeiro mandato, dentre eles a atração de investimentos para Minas e aplicação de recursos na Educação e Saúde.

"Assumi o governo depois de o Estado fechar 2018 com um déficit de R\$ 11 bilhões. O governo não tinha condições de fazer repasses constitucionais para os municípios e destinar recursos básicos para áreas importantes, como Saúde, Educação e Segurança. Várias obras estavam paradas por falta de dinheiro e o funcionalismo não recebia em dia. Depois de muito trabalho nos últimos quatro anos, concluímos 2022 com o superávit de R\$ 2,2 bilhões. No ano passado, foi feito o maior investimento da história do estado em Saúde e Educação. Colocamos a casa em ordem e, agora, temos a obrigação de fazer um segundo governo melhor que o primeiro", disse.

O governador também explicou como será a atuação do Governo de Minas em sua segunda gestão.

"Minas Gerais avançou muito desde 2019. Foram atraídos mais de R\$ 270 bilhões em investimentos privados e quase 600 mil vagas de emprego foram geradas. Queremos que Minas seja vista como um bom lugar para negócios serem criados", ressaltou.

Um dos objetivos para esse novo mandato é atrair R\$ 300 bilhões em investimentos de empresas.

"Vamos ampliar a desburocratização para tornar Minas um estado cada vez mais livre para crescer. Em breve, vamos lançar o Novo Regulamento do ICMS. Hoje, o regulamento tem 800 páginas, o que demonstra a falta de padronização de normas. A atualização vai facilitar a compreensão, reduzir a burocracia, ampliar a transparência e possibilitar mais segurança jurídica tributária", explicou.